



Nota Técnica nº 05/2015 – NFTI

Processo nº: 30.649/2014-e
Jurisdicionado: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.
Assunto: Representação.
Ementa: Representação acerca de possíveis irregularidades no âmbito do Contrato Terracap nº 29/2014, referente à inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços especializados de suporte técnico, suporte remoto de configuração de ambiente e manutenção corretiva do sistema *Automation System of Inventory* – ASI. Exame dos aspectos técnicos questionados na representação.

Senhor Diretor,

Trata-se do exame dos aspectos técnicos presentes na representação nº 22/2014-ML acerca de possíveis irregularidades no Contrato Terracap nº 29/2014, em função da Decisão TCDF nº 6081/2014, de 02.12.2014, reproduzida a seguir:

“(...)II -determinar à Terracap que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca do teor da Representação;

III - autorizar:

a) o envio de cópia da representação à jurisdicionada, a fim de subsidiar o atendimento do item II supra;

b) o encaminhamento dos autos, após a apresentação de esclarecimentos pela Terracap, ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação – NFTI, para elaboração de Nota Técnica acerca das matérias de sua competência, constantes da representação; (...).”

2. Cumpre citar que a manifestação da jurisdicionada, Ofício Terracap nº 831/2014 – PRESI, em atendimento ao item II da supracitada decisão, encontra-se presente nos autos (peça 28, e-DOC 82879FD3-c).

3. No tocante à representação (peça 2, e-DOC 24AFF3CA-e), observa-se que o Ministério Público de Contas – MPTCDF solicita a análise dos seguintes pontos:



- Ocorrência de possíveis irregularidades na realização da inexigibilidade de licitação em questão e descumprimento da IN SLTI/MPOG nº 04/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 34.637/2013;
- Ocorrência de pagamento desvinculado de resultados e de eventual sobrepreço em outros contratos entre a contratada Link Data e órgãos e entidades do Distrito Federal para a manutenção e adaptação do sistema *Automation System of Inventory* - ASI.

4. No tocante ao último tópico, que contempla a análise dos demais contratos firmados por órgãos e entidades do Distrito Federal com a contratada, referentes ao sistema ASI, observou-se o disposto no voto da Exma. Conselheira Anilcéia Machado (peça 22, e-DOC 9BFD9665-e, fls. 2/3):

“(...)No que concerne à averiguação dos demais ajustes firmados com a Link Data, pondera que devam ser iniciados caso sejam comprovadas irregularidades consignadas pela representação em tela no Contrato nº 029/14. (...)” (grifo nosso)

5. Esta Nota Técnica está organizada nos seguintes tópicos:

OCORRÊNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DESCUMPRIMENTO DA IN SLTI/MPOG Nº 04/2010	3
DA REPRESENTAÇÃO	3
DA JURISDICIONADA.....	4
DA ANÁLISE DE MÉRITO	8
OCORRÊNCIA DE PAGAMENTO DESVINCULADO DE RESULTADOS E SOBREPREGO EM OUTROS CONTRATOS FIRMADOS PELA CONTRATADA COM ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL PARA A MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DO SISTEMA ASI	29
DA REPRESENTAÇÃO	29
DA JURISDICIONADA.....	29
DA ANÁLISE DE MÉRITO	30
CONCLUSÃO	35

6. Vencidas as exposições anteriores, passa-se à análise dos aspectos técnicos.



OCORRÊNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DESCUMPRIMENTO DA IN SLTI/MPOG Nº 04/2010

Da Representação

7. O MPTCDF sustenta que, no contrato em tela, a métrica adotada pela contratada e aceita pela Terracap para fins de mensuração dos serviços prestados apresenta aparente desvinculação com os resultados obtidos pela Administração Pública (peça 2, e-DOC 24AFF3CA-e, fls. 3/4), configurando indícios de descumprimento dos princípios da legalidade e da economicidade.

8. O *Parquet* destaca que o art. 15 da IN SLTI/MPOG nº 04/2010 estabelece que a Estratégia de Contratação deve prever a forma de pagamento a ser utilizada, a qual será efetuada em função dos resultados obtidos. Adicionalmente, menciona os §§ 2º e 3º do supracitado artigo, notadamente, a limitação à utilização da métrica homem-hora somente mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos, de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.

9. Em seguida, reproduz esclarecimentos prestados pela contratada Link Data que demonstram a violação dos dispositivos citados no parágrafo anterior, notadamente:

- Impossibilidade de execução sob demanda dos serviços de manutenção corretiva, legal, suporte e atualização de versão do *software* ASI;
- Utilização da métrica hora de serviço técnico especializado – HST para a mensuração de serviços.

10. No tocante ao último item, o *Parquet* explana que a forma de remuneração utilizada no Contrato Terracap nº 29/2014 destoa da observada em outros contratos relacionados a serviços de manutenção do sistema ASI.

11. Nesse sentido, esclarece que o contrato prevê duas formas de remuneração, utilizando, como parâmetros de mensuração, pontos de função e horas de serviço técnico especializado – HST. A utilização das referidas métricas resulta em um custo total anual, para a jurisdicionada, de R\$ 132.560,00.



12. Por outro lado, o *Parquet* informa que os contratos firmados pela contratada com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa e a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, tratando de objeto análogo, estipulam remuneração dos serviços de manutenção adaptativa e evolutiva com base, unicamente, na métrica de pontos de função, em conformidade com a jurisprudência desta Corte de Contas.

13. Em função das divergências existentes entre o modelo de remuneração praticado no contrato em análise e o exposto no § 12, o MPTCDF aponta, preliminarmente, a existência de prejuízo anual potencial de R\$ 62.160,00, referente à remuneração por horas de serviços técnico especializado prevista no Contrato Terracap nº 29/2014. Ainda no ponto, acrescenta que, tendo em vista a possibilidade de renovação contratual pelo período de até 60 meses, o prejuízo ao Erário poderá alcançar R\$ 310.800,00.

14. Por fim, em adição aos pontos específicos já mencionados, o *Parquet* solicita a verificação de ocorrência de outras possíveis irregularidades na realização da inexigibilidade em questão.

Da Jurisdicionada

15. Inicialmente, a Terracap informa que foram observados, no contrato em questão, os trâmites processuais previstos na IN SLTI/MPOG nº 04/2010, nos seguintes termos:

“Em relação a esse ponto temos a esclarecer que os trâmites processuais observaram exatamente a que dispõe a IN nº 4/2010, de acordo com o fluxo abaixo: (...)

Obedecendo a esse fluxo, a Planejamento da Contratação se iniciou com o envio do Documento de Oficialização da Demanda — DOD, fl.7/8 do processo 111.001.965/2012, em 16/10/2012, à Área de Tecnologia da Informação.

A partir de então, formou-se a equipe de Planejamento da Contratação por meio da Portaria nº 310/2012, fl. 9, em 17/10/2012, alterada pela Portaria nº 375/2012, fl. 62, em 12/11/2012.

Após isso, passou-se a realizar uma pesquisa aos preços praticados no mercado para os serviços em questão. Essa pesquisa foi realizada por meio Proposta Comercial da Linkdata, fl. 12/29, Contratos de referência, fl. 31/32, solicitação de reavaliação dos preços propostos, fl. 51/52, alteração da proposta, fl. 53 e comparação a parâmetros de mercado como a Ata de Registro de Preços no 09/2012-MDIC, fl. 66/72 e Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2012-INPI, fl. 74/76. Adicionalmente, às folhas 77/114, realizou-se solicitação ao mercado de propostas de fornecimento de solução integrada e informatizada de gestão de compras, material e patrimônio, tendo como resposta positiva, apenas, da empresa Linkdata, fl. 85/89. Essa pesquisa de mercado permitiu estabelecer os seguintes parâmetros:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NFTI

Proc.: 30.649/2014-e

ITEM	ÓRGÃO	OBJETO	Nº DE MÓDULOS	CONTRATO Nº	VLR. MÉDIO POR MÓDULO	VLR. PONTO FUNÇÃO
1	ENAP	Almoxarifado e Patrimônio	2	02/2012	R\$ 11.000,00	
2	AGU	Almoxarifado e Patrimônio	2	31/2011	R\$ 11.774,04	
3	COMLURB	Almoxarifado	1	2010/023-00	R\$ 14.926,97	
4	TJ-TO	Almoxarifado e Patrimônio	2	37/2012	R\$ 10.400,00	
5	MPRJ	Almoxarifado, Compras e Patrimônio	3	53/2008	R\$ 12.740,00	
6	TJDFT	Almoxarifado e Patrimônio	2	15/2012	R\$ 9.959,97	
7	INPI	Almoxarifado e Patrimônio	2	20/2012-INPI	R\$ 15.000,00	R\$ 980,00
MÉDIA GERAL DE PREÇOS DOS ÓRGÃOS PESQUISADOS					R\$ 12.257,28	R\$ 980,00
VALOR DA PROPOSTA APRESENTADA PELA LINKDATA À TERRACAP					R\$ 9.800,00	R\$ 880,00

Esses parâmetros demonstram que o valor proposto para a Terracap está abaixo dos valores praticados em outros órgãos da Administração Pública.

Após a pesquisa de preços de mercado, a partir da fl. 116, o grupo de trabalho desenvolveu o Planejamento da Contratação com a Análise de Viabilidade da Contratação, fl. 117/125, Plano de Sustentação, fl.126/130, Estratégia da Contratação, fl. 131/1 37 e a Análise do Riscos, fl. 138.

Todas as informações desses documentos foram consolidadas no Projeto Básico, fl. 140/154.

Após isso, outros procedimentos administrativos foram realizados até a assinatura do contrato no 29/2014, fl. 422/427."

16. No tocante ao argumento de violação dos dispositivos do art. 15 da IN SLTI/MPOG nº 04/2010, referentes à necessidade de os pagamentos efetuados pela Administração Pública guardarem relação com os resultados obtidos, a jurisdicionada informa:

"Para atender ao item "e" do inciso III, do art. 15, § 2º e § 30 'da IN 4/2010, citado na Representação do MPJTCDF, o referido Projeto Básico define:

"12 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

As métricas definidas neste Projeto Básico serão objeto de comparação de qualidade, definidos no item "13 – Acordo dos Níveis de Serviço", cujo descumprimento de prazos e níveis de qualidade serão passíveis de glosas de pagamento e de aplicação de sanções estabelecidas neste Projeto Básico e no Contrato.

Os prazos serão contados em "dias úteis", no qual a diferença entre a data de abertura e a data de fechamento da Ordem de Serviço estipulará o quantitativo de dias em atraso.

13 ACORDO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO – ANS

A gestão e fiscalização do contrato se darão mediante o estabelecimento e acompanhamento de cumprimento de acordo de níveis de serviço entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Esse acordo está definido no quadro abaixo, de acordo com o tipo de serviço e o nível de criticidade:



SERVIÇOS CONTÍNUOS

Id	Bem/Serviço	Unidade	ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO				TEMPO TOTAL
			NÍVEL DE CRITICIDADE	TEMPO DE ATENDIMENTO	TEMPO DE SOLUÇÃO	TEMPO DE VALIDAÇÃO	
1	Serviços de Help Desk, suporte técnico local, atualização tecnológica e manutenção corretiva do software ASI WEB, contemplando os módulos de Patrimônio mobiliário, Almoxarifado e Compras	Serviço Mensal	alta	4 horas	5 dias	2 dias	07 dias e 4 horas úteis
			média	8 horas	7 dias	5 dias	12 dias e 8 horas úteis
			baixa	16 horas	10 dias	5 dias	15 dias e 16 horas úteis

SERVIÇOS SOB DEMANDA

Id	Bem/Serviço	Unidade	ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO				TEMPO TOTAL
				TEMPO DE ATENDIMENTO	TEMPO DE SOLUÇÃO	TEMPO DE VALIDAÇÃO	
1	Serviços de treinamento de usuários, pós-implantação, para operação e administração da solução – Turma de até 20 (vinte) alunos – estimativa de 3 (três) turmas durante a vigência do contrato (1 ano)	turma			30 dias		30 dias
2	Serviços de manutenção Adaptativa, Evolutiva ou Integração com Sistemas Legados (previsão de 80 pontos de função/ano)	ponto de função		16 horas	10 dias	10 dias	20 dias e 16 horas úteis
3	Serviços de manutenção Adaptativa, Evolutiva ou Integração com Sistemas Legados que não se enquadram no processo de contagem do IFPUG (International Function Point Users Group) (previsão de 187 Horas de Serviço Técnico/ano)	horas de serviço técnico especializado		16 horas	10 dias	10 dias	20 dias e 16 horas úteis

A CONTRATADA poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega do serviço, desde que devidamente justificado, com sugestão da nova data de entrega e com antecedência de 05 (cinco) dias úteis antes da data de entrega inicialmente prevista.

A solicitação de prorrogação do prazo e a nova data de entrega do serviço deverão ser submetidas para apreciação da TERRACAP que poderá acatar ou não a solicitação.

No caso em que a solicitação de prorrogação seja negada pela TERRACAP, o prazo de entrega da OS deverá ser mantida ao inicialmente previsto.

Caso a justificativa seja aceita pela TERRACAP, mas o prazo apresentado seja rejeitado, a nova data poderá ser negociada entre a TERRACAP e a CONTRATADA.

(...)

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ (...)
- ✓ Atender as solicitações de serviços de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativos, acordos de níveis de serviço, cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos pela TERRACAP;
- ✓ (...)

O citado contrato 29/2014, fl. 422/427, estabelece em sua cláusula segunda que uma das obrigações da contratada é a de obedecer ao que foi especificado no Projeto Básico e na sua proposta. Diante disso fica caracterizado que o pagamento é efetuado em função dos resultados obtidos por meio de critérios de qualidade definidos no item "13 — Acordo dos Níveis de Serviço" do Projeto Básico.

Essa interpretação já se encontra apascentada, inclusive, pelo Tribunal de Contas da União, que na Nota Técnica 6/2010 - Sefti/TCU - versão 1.2 (disponível em <http://portal2.tcugov.br/portal/pls/portal/docs/2534415.PDF>) estabelece:



"(...) 50. Consta-se, portanto, que a definição de metas do prazo, de qualidade e de produtividade aliada no uso de indicadores e métricas possibilitam ao gestor público dispor de meios que facilitam a adequada avaliação do serviço prestado pelo fornecedor. Desse modo, a remuneração da empresa contratada fica vinculada ao cumprimento do nível de serviço determinado no contrato, em consonância com o paradigma do pagamento por resultados, evitando-se, assim, a efetivação de pagamentos por esforço, a exemplo do homem-hora ou da mera disponibilidade dos seus empregados.

51. Conforme explicitado nos itens 10 e II desta Nota Técnica; entende-se que contratações que preveem a efetivação de pagamentos ao fornecedor mediante entrega de resultados estão alinhadas ao princípio da eficiência. Tendo em vista que contratações com nível mínimo de serviço possibilitam uma forma eficaz de se remunerar o fornecedor por resultados, verifica-se que essa forma de contratação também está aderente ao princípio constitucional da eficiência. (...)"

17. Por fim, no que tange à utilização da métrica HST para a mensuração de parte dos serviços prestados sob demanda e à existência de potencial prejuízo à Administração Pública, a empresa informa:

"Em relação a esse quesito, inicialmente, esclarecemos que as regras de contagem de pontos de função são definidas pelo Manual de Práticas de Contagem de Pontos de Função (CPM 4.3) [IFPUG, 2010b], publicado pelo International Function Point Users Group (IFPUG). É importante ressaltar que a métrica Ponto de Função foi concebida como uma medida de tamanho funcional para projetos de desenvolvimento e de melhoria (manutenção evolutiva) de software. No entanto, os projetos de software não estão limitados a projetos de desenvolvimento e de melhoria.

Nesse sentido, a manutenção adaptativa e integrativa do sistema ASIWEB, definida no contrato 029/2014 previu a forma de remuneração por hora de serviço técnico especializado, apenas, para criar procedimentos complementares não abordadas pelo IFPUG.

Essa regra, inclusive, está, formalmente, descrita na proposta da Empresa Linkdata, fl. 361, do processo 111.001.965/2012, que deve ser obedecida na execução do referido contrato, por força da cláusula segunda descrita nos esclarecimentos do item "a". Segue abaixo, em destaque, texto contido na mencionada proposta que formaliza essa questão:

"Destacamos que somente as atividades de manutenção adaptativa que não se enquadrarem no processo de contagem do IFPUG, serão calculadas em Horas de Serviço Técnico Especializado - HST, conforme Acórdão 1.647/2010 do TCU, que determina que não se use exclusivamente o Manual de Práticas de Contagem (CPM) do IFPUG nas contratações de serviços de desenvolvimento, e que sejam adicionadas cláusulas complementares que elucidem pontos não abordados pelo CPM"

Esse entendimento está também descrito no Roteiro de Métricas de Software do SISP (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012, disponível em [http://www.sisp.gov.br/ct-gcie/download/file/Roteiro de Metricas de Software do SISP - v2.0.pdf](http://www.sisp.gov.br/ct-gcie/download/file/Roteiro%20de%20Metricas%20de%20Software%20do%20SISP%20v2.0.pdf)) Versão 2.0, que define:

"(...) torna-se essencial a definição de métricas para dimensionar o tamanho de outros tipos de projetos de manutenção, os quais são itens não mensuráveis pelo CPM.

(...)

É importante frisar também que o CPM é um documento que se destina a mensurar o tamanho funcional de projetos de software, não tendo por objetivo principal suportar contratos de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Assim, torna-se necessário criar roteiros complementares, contemplando



questões não abordadas pelo manual do IFPUG, mas vivenciadas pelos órgãos e entidades do SISF."

Essa alternativa de remuneração é tratada, exatamente, como exceção à regra de remuneração por ponto de função, tanto é fato que a execução efetiva do contrato, desde maio de 2014, até a presente data, ainda, não necessitou utilizar essa alternativa em nenhuma situação vivenciada pela Terracap.

Por todo o exposto, não há que se falar em provável prejuízo, já que a previsão contratual se destina apenas a remunerar, em situações excepcionais, um tipo de serviço prestado que não puder ser mensurado pela métrica de ponto de função e cujo entendimento já encontra respaldo em acórdãos do TCU e do órgão do Governo Federal que regulamenta e orienta os demais órgãos nessas questões, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão."

Da Análise de Mérito

18. Tendo em vista que a representação do *Parquet*, embora cite pontos específicos a serem tratados, solicita, igualmente, análise ampla da ocorrência de possíveis irregularidades na realização da inexigibilidade em questão, serão analisados os tópicos gerais relativos à inexigibilidade e, no decorrer da abordagem, tratados os tópicos específicos.

19. Inicialmente, observa-se que a equipe de contratação fundamentou a contratação por inexigibilidade de licitação em parecer exarado pelo Advogado Geral da Terracap (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fl. 263).

20. A análise do Parecer nº 28/2012 – ACJUR (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fls. 115/122) revela que o advogado da jurisdicionada entendeu que, tendo em vista o sistema ASI ser de propriedade exclusiva da empresa Link Data, conforme comprovado por meio de certidão de exclusividade acostada aos autos (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fl. 67), a contratação poderia ser realizada com fulcro no art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93.

21. Não obstante o argumento em questão, cabe tecer considerações adicionais sobre o tema. Nos autos do processo de contratação, consta o Parecer PGE/PAQ nº 209/2010 (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fls. 91/102), exarado pela Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Águas – ANA, versando sobre matéria idêntica, ou seja, a contratação por inexigibilidade da empresa Link Data para prestação de serviços no âmbito do sistema ASI, já em utilização pela referida agência reguladora.



22. No âmbito do parecer, é citada situação semelhante enfrentada pelo Tribunal de Contas da União – TCU ao analisar contratação análoga realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

23. Nesse contexto, é mencionado o Acórdão TCU nº 235/2007 – Plenário, no qual o relator concluiu que o TSE deveria adotar mecanismos que viabilizassem a realização de procedimento licitatório em futuras aquisições:

*“16. Nesse compasso, e tendo em vista que o TSE não é detentor dos códigos fontes do ASI, é pertinente a proposta da unidade técnica de se determinar àquela Corte eleitoral que adote providências com vistas a obter da empresa Link-Data o domínio da tecnologia capaz de possibilitar a absorção de novos sistemas oferecidos por outras empresas, ao ASI, **de modo a viabilizar a realização de procedimento licitatório e com vistas a que a Administração não seja refém de apenas uma firma para o fornecimento de sistema de informática.**”*
(grifo nosso)

24. No entanto, posteriormente, em nova análise, por intermédio do Acórdão TCU nº 2615/2007 – Plenário, o TCU alterou o seu entendimento, conforme reproduzido a seguir:

“ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

*9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, **tornando sem efeito o Acórdão nº 235/2007;** (...)*

9.3. esclarecer ao Tribunal Superior Eleitoral que é possível, com fundamento no art. 25 da Lei nº 8.666/93, ser firmado contrato de prestação de serviço de manutenção, atualização e de suporte técnico ao sistema adquirido por meio do contrato nº 075/2005, caso reste comprovada a inviabilidade de competição para a prestação desses serviços;” (grifos nossos)

25. Observa-se que o TCU decidiu pela possibilidade da contratação dos serviços manutenção, atualização e de suporte técnico ao sistema ASI por meio de inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a inviabilidade de competição.

26. Em que pese o posicionamento da Corte de Contas, cumpre mencionar que, independente da modalidade de contratação utilizada, deve o administrador elencar as possíveis alternativas de contratação e, após análise criteriosa de cada uma, justificar, adequadamente, a escolha realizada e a compatibilidade dos preços contratados, em observância aos seguintes dispositivos do art. 11, inc. II da IN SLTI/MPOG nº 04/2010:

“Art. 11. A Análise de Viabilidade da Contratação será realizada pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo as seguintes tarefas:



I - definição e especificação dos requisitos, conforme os arts. 12 e 13 desta Instrução Normativa, a partir da avaliação do Documento de Oficialização da Demanda e do levantamento de:

a) demandas dos potenciais gestores e usuários da Solução de Tecnologia da Informação;

b) soluções disponíveis no mercado; e

c) análise de projetos similares realizados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública;

II - identificação das diferentes soluções que atendam aos requisitos, considerando:

a) a disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;

b) as soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>);

c) a capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público; (...)

g) o orçamento estimado;

III - análise e comparação entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia e manutenção;

IV - escolha da Solução de Tecnologia da Informação e justificativa da solução escolhida, que contemple, no mínimo:

a) descrição sucinta, precisa, suficiente e clara da Solução de Tecnologia da Informação escolhida, indicando os bens e serviços que a compõem;

b) alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos; e

c) identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade; (...)" (grifos nossos)

27. Tendo em vista o parágrafo anterior, cumpre verificar se a Terracap procedeu, nos autos, com o fito de comprovar a vantajosidade e a economicidade da contratação em análise, à realização dos seguintes procedimentos:

1. Realização de pesquisa de preços com o fito de verificar o custo de aquisição de um novo sistema de gestão de almoxarifado, compras e material mobiliário, comparando-o ao custo previsto de manutenção do sistema em utilização;
2. Verificação da existência de ferramenta de *software* livre capaz de substituir o sistema em questão;
3. Análise da compatibilidade dos preços ofertados pela contratada com os praticados em seus demais contratos com a Administração Pública, com os praticados em outros contratos da Administração Pública para a prestação de serviços semelhantes e com os referenciais definidos em decisões deste Tribunal de Contas.



28. No tocante ao primeiro item, observou-se, nos autos (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fls. 155/180), que a Terracap procedeu à realização de pesquisa de preços com o objetivo de verificar o custo de aquisição de um novo sistema informatizado em substituição ao ASI.

29. Para este fim, enviou correio eletrônico à 5 (cinco) empresas: ConfidereIT, Sispro, Poliedro, Techne e a própria Link Data. As 3 últimas foram selecionadas pela Terracap mediante consulta ao Acórdão TCU nº 54/2012 – Plenário, no qual foram identificados os sistemas informatizados para a gestão de compras, almoxarifado, patrimônio, contratos e afins utilizados na Administração Pública Federal.

30. A análise dos autos revela que, entre as empresas pesquisadas, apenas duas se manifestaram: Sispro e Link Data. A primeira optou por não participar da pesquisa de preço (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fl. 167). Já a Link Data, forneceu proposta comercial que contemplava item referente à aquisição das licenças de uso do *software* ASI (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fls. 171/180).

31. Observando o procedimento realizado, verifica-se que o mesmo não demonstrou, de forma inequívoca, a vantajosidade da manutenção do sistema ASI em detrimento da aquisição de um novo sistema, tendo em vista que apenas a empresa Link Data, proprietária do sistema ASI em utilização, forneceu cotação em resposta à pesquisa de preços.

32. Sobre o tema, ainda em 2010, a SLTI/MPOG editou o “*Guia Prático para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação*”¹ com o objetivo de fornecer instrumentos para a correta aplicação da IN SLTI/MPOG nº 04/2010 e seus artefatos.

33. Em consulta ao referido guia (pg. 43), observa-se a presença da seguinte orientação:

“Observação: para a elaboração da estimativa de preços recomenda-se observar a Orientação Técnica nº 01/2010 do sítio TIControlle, URL: <http://www.ticontrolle.gov.br>.” (grifo nosso)

¹ Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/nucleo-de-contratacoes-de-ti/modelo-de-contratacoes-normativos-e-documentos-de-referencia/documentos-da-in-4-2010/guia-pratico-para-contratacao-de-solucoes-de-ti/index>



34. A análise da mencionada Orientação Técnica nº 01/2010, que versa sobre boas práticas para a realização de estimativa de preços nas contratações de bens e serviços de TI, revela a presença das seguintes orientações:

“(...)1.3 Outras fontes de informação também podem ser utilizadas, tais como contratos formalizados por outros entes públicos, em execução ou recentemente concluídos com sucesso; pesquisas publicadas na mídia especializada e listas de preços registrados em decorrência de licitação de objeto compatível.

1.4 A Administração solicitará formalmente estimativas de preço aos potenciais licitantes e lhes fornecerá as informações de que dispuser e que pretenda incluir no edital a ser publicado (o mais semelhante possível ao edital). (...)

1.5 Deve-se buscar o maior número possível de propostas, mesmo que já se tenha atingido o número mínimo de três, de modo a formar uma estimativa confiável do preço de mercado.

1.6 A utilização de menos de três cotações de preços é possível diante da inexistência de opções nas fontes descritas no item 1.3. Quando as empresas consultadas, para apresentação de cotação, não se manifestarem no prazo que lhes for comunicado na solicitação formal (ofício, fax, mensagem de correio eletrônico, etc.) – prazo este que deve ser compatível com o esforço exigido para a tarefa de cotação -, a solicitação deverá ser reiterada, com novo prazo de 5 (cinco) dias úteis. (...)

1.9 Nos autos deve ser incluído o memorial que documentou a atividade de estimativa de preço, que deve conter a documentação comprobatória, como ofícios enviados aos fornecedores e respectivas propostas de preço por eles entregues.” (grifos nossos)

35. Observando as boas práticas, deveria a Terracap, minimamente, reiterar, formalmente, os pedidos de cotação de preços realizados para as empresas que não os responderam, consignando nos autos a respectiva documentação comprobatória.

36. Ademais, caso este procedimento não lograsse êxito, a jurisdicionada poderia pesquisar, no âmbito de contratos já firmados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, os preços praticados para a aquisição de sistemas semelhantes ao ASI.

37. No entanto, constatou-se que nenhum dos dois procedimentos citados foi realizado pela Terracap. Dessa forma, conclui-se que os procedimentos de pesquisa de preços realizados pela Terracap com o fito de comprovar a vantajosidade da manutenção do sistema ASI em detrimento da aquisição de um novo sistema informatizado foram insuficientes.

38. No tocante ao segundo item do § 27, verificou-se que consta nos autos (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fl. 245) pesquisa realizada, pela Terracap, ao Portal de Software Público Brasileiro, com a utilização dos termos “*almoxarifado patrimônio*



compras”, demonstrando a inexistência de *software* livre para os termos pesquisados.

39. No tema, uma análise apurada dos *softwares* listados no referido sítio, por parte deste Núcleo, revelou a existência do *software* ERP5 BR², uma solução para Sistemas Integrados de Gestão (ERP), que pode, potencialmente, ser adaptado para suprir as necessidades da Terracap.

40. Mediante análise do portal internacional³ do referido *software*, verificou-se que o mesmo já é utilizado em hospitais e organizações governamentais para fins de controle de bens mobiliários, estoque e compras.

41. No entanto, este Núcleo reconhece que a sua utilização demandará ajustes por parte da jurisdicionada, razão pela qual sugere-se que a Terracap avalie, ainda durante a vigência do atual contrato com a empresa Link Data, a viabilidade de adaptar o referido *software* para utilização em substituição ao sistema ASI.

42. No tocante ao terceiro item do § 27, verificou-se que a empresa Link Data, forneceu, em conjunto com a sua proposta comercial, valores praticados no âmbito de contratos firmados com outros órgãos e entidades da Administração Pública, conforme reproduzido a seguir:

LINK DATA		PLANILHA DE CONTRATOS PARA REFERÊNCIA							
		Contrato de Serviço de Suporte e Manutenção do Software "ASI", para os Módulos de Patrimônio, Almoxarifado e Compras, englobando atualização tecnológica/versão do Software "ASI".							
Item	Nome do Cliente	Objeto	Nº. de módulos	Prazo de Vigência	Data de Vencimento	Contrato Nº.	Valor Mensal	Valor do Contrato	Média por módulo
1	ENAP – Escola Nacional de Administração Pública	Almoxarifado e Patrimônio	2	12 meses	03/01/2013	Contrato nº. 02/2012	22.000,00	264.000,00	R\$ 11.000,00
2	AGU – Advocacia-Geral da União	Almoxarifado e Patrimônio	2	12 meses	04/07/2013	Contrato nº. 31/2011	23.548,07	282.576,84	R\$ 11.774,04
3	COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana	Almoxarifado	1	24 meses	26/05/2013	Contrato Nº. 2010/023-00	14.926,97	358.247,28	R\$ 14.926,97
4	TJ-TO - Tribunal de Justiça do Tocantins	Patrimônio e Almoxarifado	2	12 meses	15/02/2013	Contrato nº. 37/2012	20.800,00	249.600,00	R\$ 10.400,00
5	MPRJ - Ministério Público do Rio de Janeiro	Almoxarifado, Patrimônio e Compras.	3	12 meses	28/04/2013	1º Termo Aditivo ao CONTRATO nº. 053/2008	38.220,00	458.640,00	R\$ 12.740,00
6	TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal	Almoxarifado e Patrimônio	2	12 meses	27/01/2012	Contrato nº. 015/2012	19.919,94	239.039,28	9.959,97
Média por Módulo:									R\$ 11.800,16

Fonte: Peça 4 (e-DOC 5121F5DF-e), fl. 65

43. Com relação à documentação comprobatória dos valores informados, verificou-se que estão presentes nos autos os contratos relativos aos itens 1, 3, 4, 5 e 6 (peça 8, e-DOC 87406231-e, fls. 45/204) da tabela exposta no § anterior, ou seja, não foi localizado o contrato assinado com a Advocacia-Geral da União – AGU.

² Disponível em: http://www.softwarepublico.gov.br/ver-comunidade?community_id=23731755

³ Disponível em: <http://www.erp5.com/>



44. A análise da tabela reproduzida no § 42 revela que foi elaborado comparativo apenas para os serviços de manutenção do sistema ASI, restando pendente a análise dos itens referentes aos serviços prestados sob demanda, ou seja, manutenções adaptativas e treinamento.

45. Para fins da comparação a ser realizada nos próximos parágrafos, reproduzimos a seguir os valores praticados pela contratada no âmbito do contrato em análise:

Serviço de Suporte e Manutenção Corretiva / Legal - Pagamento Mensal						
Tipo de Atendimento	Unidade	Valor Unitário por Módulo (R\$)	Qt. Módulos	Qt. Meses	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Valor mensal/por módulo: Serviços de suporte técnico (Help Desk) e manutenção corretiva e legal, com garantia de funcionamento e atualização de versão, para os Módulos de "Patrimônio Mobiliário, Almoxarifado e Compras".	Serviço	9.800,00	3	12	29.400,00	352.800,00
Serviço Adaptativo e Treinamento - Pagamento Na Entrega do Serviço						
Descrição	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Qt. Estimada			Valor Anual (R\$)
Manutenção Adaptativa/Integração	Ponto de Função	880,00	80			70.400,00
	Hora de Serviço Técnico Especializado - HST	185,00	336			62.160,00
Treinamento negocial ou operacional - Turma com até 20 alunos - Carga horária de 20 horas	Turma	18.000,00	3			54.000,00
Valor Anual Total do Contrato (R\$)						539.360,00

Fonte: Peça 8 (e-DOC 87406231-e), fl. 237

46. Inicialmente, restou evidenciado nos autos que a Terracap solicitou à contratada a redução dos preços praticados no âmbito dos serviços de manutenção adaptativa/integração (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fls. 103/107). Como resultado, obteve a redução de R\$100,00 no preço inicialmente proposto para cada ponto de função – PF (R\$980,00 para R\$880,00) e de R\$2,00 no preço proposto para a hora de serviço técnico especializado – HST (R\$187,00 para R\$185,00).

47. No tocante aos serviços de suporte técnico (*helpdesk*), manutenção corretiva e legal e atualização de versão, antes de proceder à análise dos preços praticados, cumpre tecer comentários sobre o modelo de remuneração adotado, que prevê pagamentos fixos mensais à contratada, aspecto que, na visão do *Parquet*, caracteriza pagamento dissociado de resultados.



48. Situação semelhante já foi enfrentada por esta Corte de Contas no âmbito do Processo TCDF nº 2.748/2012, versando sobre a contratação de serviços de manutenção/atualização e de suporte técnico para sistemas informatizados da Secretaria de Saúde – SES.

49. Naquela ocasião, este Núcleo, por meio da Informação NFTI nº 05/2012, mencionou estudo realizado pela consultoria Gartner⁴ onde foi analisado o modelo de prestação dos referidos serviços de manutenção, suporte técnico e atualização no âmbito do mercado mundial de TI.

50. O estudo revela que, usualmente, os contratos destes serviços preveem o desembolso de valores anuais. Adicionalmente, com o fito de garantir a obtenção de resultados adequados por parte do contratante, são estabelecidos instrumentos de gestão, como acordos de níveis de serviço – ANS, tempo máximo para o atendimento de chamados, horários de atendimento e níveis de suporte técnico, e penalidades a serem aplicadas à contratada em caso de descumprimento dos parâmetros acordados.

51. Analisando os termos do Contrato Terracap nº 29/2014 (peça 7, e-DOC 305DA335-e, fls. 37/48), verifica-se a presença do seguinte dispositivo:

“Parágrafo Segundo – A CONTRATADA deverá executar os serviços com estrita observância ao que dispõe o Projeto Básico elaborado pela CODIN/PRESI, sua proposta, os termos deste contrato e os demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 111.001.965 /2012-TERRACAP, que integram o presente instrumento, independentemente de transcrição.” (grifos nossos)

52. Procedendo à verificação do Projeto Básico (peça 4, e-DOC 5121F5DF-e, fls. 281/298 e peça 5, e-DOC 8210252F-e, fls. 1/12) no tocante aos serviços contínuos, observa-se ainda:

“8.1. SERVIÇOS CONTÍNUOS de suporte técnico (Help Desk), suporte remoto de configuração de ambiente, manutenção corretiva, com garantia de funcionamento e atualização de versão do software ASI WEB

Os serviços de suporte técnico (Help Desk), suporte remoto de configuração de ambiente, manutenção corretiva, com garantia de funcionamento e atualização de versão e manutenção legal do software ASI WEB serão desenvolvidos no ambiente da empresa contratada e deverão ocorrer através de um Acordo de Nível de Serviço, definido no item 13 do presente projeto básico permitindo aferir a qualidade na prestação dos serviços contratados. (...)

12. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

⁴ Application Software: Maintenance and Support Guidelines



As métricas definidas neste Projeto Básico serão objeto de comparação de qualidade, definidos no item '13 – Acordo dos Níveis de Serviço', cujo descumprimento de prazos e níveis de qualidade serão passíveis de glosas de pagamento e de aplicação de sanções estabelecidas neste Projeto Básico e no Contrato.

Os prazos serão contados em 'dias úteis', no qual a diferença entre a data de abertura e a data de fechamento da Ordem de Serviço estipulará o quantitativo de dias em atraso.

13. ACORDO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO – ANS

A gestão e fiscalização do contrato se darão mediante o estabelecimento e acompanhamento de cumprimento de acordo de níveis de serviço entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Esse acordo está definido no quadro abaixo, de acordo com o tipo de serviço e o nível de criticidade:

SERVIÇOS CONTÍNUOS							
Id	Bem/Serviço	Unidade	ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO				TEMPO TOTAL
			NÍVEL DE CRITICIDADE	TEMPO DE ATENDIMENTO	TEMPO DE SOLUÇÃO	TEMPO DE VALIDAÇÃO	
1	Serviços de Help Desk, suporte técnico local, atualização tecnológica e manutenção corretiva do software ASI WEB, contemplando os módulos de Patrimônio mobiliário, Almoxarifado e Compras	Serviço Mensal	alta	4 horas	5 dias	2 dias	07 dias e 4 horas úteis
			média	8 horas	7 dias	5 dias	12 dias e 8 horas úteis
			baixa	16 horas	10 dias	5 dias	16 dias e 16 horas úteis

14. FORMA DE PAGAMENTO DOS SERVIÇOS (...)

Os serviços executados serão pagos depois de aceite definitivo da Ordem de Serviço (O.S.), no caso de serviços sob demanda, e após comprovação detalhada, por meio de relatório de demandas com responsáveis e atividades, no caso de serviços contínuos, e emissão da nota fiscal da contratada. (...)

O descumprimento das metas definidas no Acordo de Níveis de Serviço poderá ser objeto de glosas cujo valor percentual terá por base os termos do Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006, no Decreto nº 26.993 de 12 de julho de 2006, no Decreto nº 27.069 de 14 de agosto de 2006. (...)

20. PENALIDADES (...)

O atraso injustificado na execução do contrato a contratante sujeitará a contratada à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:

- De **0,3% (três décimos por cento) ao dia**, sobre o valor do serviço (contrato), quando, sem justa causa, não cumprir a obrigação assumida com **atraso de até 30 (trinta) dias** após o prazo estabelecido na proposta;
- De **0,7% (sete décimos por cento) ao dia**, sobre o valor do serviço (contrato), quando, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida com **atraso superior a 30 (trinta) dias** do prazo estabelecido. Este percentual incidirá, apenas, sobre o período que exceder o trigésimo dia de atraso; (...)"

53. Observando os dispositivos reproduzidos, verifica-se que o Projeto Básico estabelece os níveis de serviços a serem observados pela contratada, a possibilidade de aplicação de multa e glosa de valores pelo seu descumprimento e fixa os percentuais a serem aplicados.

54. Do exposto, conclui-se que a Terracap estabeleceu parâmetros e penalidades suficientes para garantir a obtenção de resultados adequados para os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NFTI

Proc.: 30.649/2014-e

serviços contratados e, nesse sentido, este Núcleo entende que a representação, neste ponto, não procede.

55. Vencida a questão, prossegue-se com a análise dos preços ofertados pela contratada para a prestação dos serviços de suporte técnico (*helpdesk*), manutenção corretiva e legal e atualização de versão.

56. Considerando-se, unicamente, a tabela comparativa fornecida pela contratada, exposta no § 42, verifica-se que o valor ofertado à Terracap (R\$ 9.800 mensais por módulo) é inferior ao menor dos valores presentes na referida tabela, ou seja, o valor de R\$ 9.959,87 praticado no contrato do TJDFT.

57. No entanto, pesquisa de preços realizada por este Núcleo identificou valores inferiores ofertados pela contratada em outros contratos com a Administração Pública Federal, reproduzidos a seguir:

Órgão	UASG	Contrato	Aditivo	Objeto	Início Vigência	Término Vigência	Vlr. do Contrato	Qt. Módulos	Vlr. Mensal por Módulo
Fundação Palmares - Ministério da Cultura	344041	11/2013	-	Prestação de serviços especializados em suporte técnico e manutenção continuada do Software de Gestão Automation System of Inventory - ASI WEB, já implantado no âmbito da CONTRATANTE, contemplando os Módulos de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário , englobando o fornecimento de serviços de Help Desk e Suporte Técnico Local , fundamentados na legislação geral aplicável à administração pública.	16/12/2013	15/12/2014	120.000,00	2	5.000,00
			1	Prorrogação do prazo de vigência do Contrato original, por um período de 12 meses, bem como reajustar os valores contratados em 2,9460%.	16/12/2014	15/12/2015	123.535,20		5.147,30
Ministério dos Transportes	390004	11/2013	-	Prestação de serviços de suporte técnico e manutenção continuada do software de Gestão ASI Módulos de Patrimônio Mobiliário, Almoxarifado e Compras.	22/05/2013	21/05/2014	297.000,00	3	8.250,00
			1	Prorrogar o contrato 11/2013-MT por 12 (doze) meses, a partir de 22/05/2014 até 21/05/2015, e reajustar o valor mensal com base no IGPM, que passará de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta reais) para R\$ 25.415,28 (vinte e cinco mil quatrocentos e quinze reais e vinte e oito reais).	22/05/2014	21/05/2015	304.983,36		8.471,76
INCRA	373083	31400/2012	-	Prestação dos serviços de manutenção e suporte para o sistema de patrimônio e almoxarifado (ASI).	27/12/2012	27/12/2013	160.968,00	2	6.707,00
			1	Reajuste contratual de 5,33% conforme GP-DI e prorrogação do prazo vigência.	28/12/2013	27/12/2014	169.547,59		7.064,48

Fonte: Consulta ao ComprasNet e ao Portal da Transparência



58. Ainda no tópico, este Núcleo localizou contratos recentes com valores superiores ao ofertado à Terracap:

Órgão	UASG	Contrato/ Licitação	Aditivo	Objeto	Início Vigência	Término Vigência	Valor dos Serviços	Qt. Módulos	Valor Mensal por Módulo
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	590001	Pregão 45/2014	-	Aquisição de licença de uso de sistema de gestão para automatizar os processos das áreas de almoxarifado e patrimônio , contemplando: cessão de direito de uso permanente do software; serviço de instalação; parametrização; customização; implantação; treinamento; manutenção e fornecimento de atualizações do aplicativo , para atender às necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público.	12 meses para os serviços de manutenção e fornecimento de atualização tecnológica.		288.000,00	2	12.000,00
Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel	413001	44/2014	-	Execução dos serviços técnicos especializados em suporte técnico e manutenção evolutiva e adaptativa, com garantia de funcionamento do <i>software</i> de gestão patrimonial ASI, contemplando serviços no Módulo de Patrimônio Mobiliário .	31/12/2014	30/12/2015	177.600,00	1	14.800,00
Supremo Tribunal Federal - STF	-	70/2014	-	Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de suporte técnico e manutenção continuada do Software Automati on System of Inventory-ASI-WEB, nos módulos de almoxarifado, controle do patrimônio e compras , utilizados no STF.	24/11/2014	23/11/2015	387.984,00	3	10.777,33

Fonte: Consulta ao ComprasNet e sítios da Anatel e STF

59. Em outro giro, a análise dos autos revela que a Terracap, por intermédio da Carta nº 14/2013 – CODIN (peça 5, e-DOC 8210252F-e, fls. 69/70), solicitou à contratada justificativa dos preços praticados para os serviços de suporte técnico.

60. Em resposta, a Link Data (peça 5, e-DOC 8210252F-e, fls. 81/116) informou o perfil dos recursos alocados para a prestação do referido suporte, assim como, para cada recurso, o respectivo valor/hora e o quantitativo mensal de horas de alocação à Terracap e, por fim, o cálculo do custo total para a empresa.

61. Cumpre citar que o valor/hora informado pela contratada não contempla os encargos trabalhistas, previdenciários, tributos e margem de lucro da empresa, item calculado, separadamente, pela Link Data, à fl. 105 da peça 5 (e-DOC 8210252F-e). Nesse sentido, a multiplicação do valor/hora informado para cada recurso pelo quantitativo de 168 horas de trabalho mensais nos fornece o valor da respectiva remuneração, conforme demonstrado a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NFTI

Proc.: 30.649/2014-e

Categoria Profissional	Valor/Hora Informado (R\$)	Remuneração com base na Valor/Hora (R\$)	Horas Mensais de Alocação à Terracap (R\$)	Custo Total Mensal (R\$)
Arquiteto de Software	200,00	33.600,00	6	29.403,08
Analista de Negócios	180,00	30.240,00	9	
Analista de Requisito - Pleno	180,00	30.240,00	9	
Analista de Desenvolvimento - Pleno	120,00	20.160,00	12	
Analista de Banco de Dados - Sênior	120,00	20.160,00	12	
Analista de Configuração e Mudança	80,00	13.440,00	9	
Analista de Teste	80,00	13.440,00	9	
Redator Técnico	80,00	13.440,00	3	
Web Designer	80,00	13.440,00	3	
Analista de Suporte - Pleno	80,00	13.440,00	45	

Fonte: Peça 5 (e-DOC 8210252F-e), fls. 101/103

62. Uma simples análise da tabela revela que, considerando o valor/hora informado pela empresa, um Analista de Requisitos Pleno recebe, como empregado da empresa Link Data, a remuneração mensal de R\$ 30.240,00. De forma semelhante, os cargos com menor remuneração recebem R\$ 13.440,00.

63. Utilizando os custos informados pela empresa à fl. 105 da peça 5 (e-DOC 8210252F-e), este Núcleo elaborou planilha de custos e formação de preços para cada categoria profissional informada, resultando na seguinte tabela:

Categoria Profissional	Valor/Hora Informado (R\$)	Remuneração com base na Valor/Hora (R\$)	Custo Mensal para Empresa (R\$)	Valor/Hora para Empresa (R\$)	Horas Mensais de Alocação à Terracap (R\$)	Custo Total (R\$)
Arquiteto de Software	200,00	33.600,00	76.866,98	457,54	6	2.745,25
Analista de Negócios	180,00	30.240,00	69.293,06	412,46	9	3.712,13
Analista de Requisito - Pleno	180,00	30.240,00	69.293,06	412,46	9	3.712,13
Analista de Desenvolvimento - Pleno	120,00	20.160,00	46.571,29	277,21	12	3.326,52
Analista de Banco de Dados - Sênior	120,00	20.160,00	46.571,29	277,21	12	3.326,52
Analista de Configuração e Mudança	80,00	13.440,00	31.423,44	187,04	9	1.683,40
Analista de Teste	80,00	13.440,00	31.423,44	187,04	9	1.683,40
Redator Técnico	80,00	13.440,00	31.423,44	187,04	3	561,13
Web Designer	80,00	13.440,00	31.423,44	187,04	3	561,13
Analista de Suporte - Pleno	80,00	13.440,00	31.423,44	187,04	45	8.416,99
			Custo Total (R\$)			29.728,60
			Valor por Módulo (R\$)			9.909,53

Fonte: Peça 5 (e-DOC 8210252F-e), fls. 101/105 e planilha de custos e formação de preços (e-DOC 073AD234-e)

64. Verifica-se que o custo total apurado por este Núcleo, com base nos valores informados pela empresa, é de R\$ 29.728,60, valor superior em R\$ 325,52 ao calculado pela contratada (R\$ 29.403,08), evidenciando que a planilha de custos e formação de preços adotada revela-se adequada e conservadora.



65. Prosseguindo, por meio de análise de tabelas salariais da área de Tecnologia da Informação – TI (e-DOC BFD7A12-e), este Núcleo efetuou o mapeamento das maiores referências salariais para as categorias profissionais informadas pela contratada, obtendo a seguinte tabela:

Categoria Profissional	Maior Referência	
	Cargo Considerado	Valor da Remuneração (R\$)
Arquiteto de Software	4 - Arquiteto de Sistemas Sênior	9.296,00
Analista de Negócios	4 - Analista de Negócios Sênior	8.350,00
Analista de Requisito - Pleno	1 - Analista de Requisitos Pleno	3.501,20
Analista de Desenvolvimento - Pleno	2 - Analista de Sistemas de Internet Pleno	8.988,00
Analista de Banco de Dados - Sênior	4 - Analista de Dados Sênior	6.570,00
Analista de Configuração e Mudança	2 - Analista de Infraestrutura Pleno	5.000,00
Analista de Teste	4 - Analista de Testes Pleno	3.360,00
Redator Técnico	<i>Estimativa Conservadora</i>	5.000,00
Web Designer	3 - Web Designer	5.826,00
Analista de Suporte - Pleno	2 - Analista de Suporte Técnico Pleno	4.505,00

Fonte: Planilhas de remuneração da área de Tecnologia da Informação (e-DOC BFD7A12-e)

66. Cumpre citar que para o cargo de Redator Técnico não foram localizados cargos semelhantes nas planilhas adotadas, razão pela qual optou-se, de forma conservadora, por utilizar, para o mesmo, a remuneração mensal de R\$ 5.000,00.

67. Utilizando, como parâmetro, o valor da remuneração de cada cargo considerado no § 65, procedeu-se ao cálculo do custo mensal de cada recurso para a empresa e, com fundamento neste, o valor/hora resultante. De posse deste último, calculou-se, com base na quantidade mensal de horas alocadas à Terracap, informada pela Link Data (vide § 61), o custo total de cada recurso empregado no contrato em análise, resultando na seguinte tabela:

Categoria Profissional	Maior Referência		Custo Mensal para a Empresa (R\$)	Valor/Hora para a Empresa (R\$)	Horas Mensais Alocadas à Terracap	Custo Total (R\$)
	Cargo Considerado	Valor da Remuneração (R\$)				
Arquiteto de Software	4 - Arquiteto de Sistemas Sênior	9.296,00	22.082,27	131,44	6	788,65
Analista de Negócios	4 - Analista de Negócios Sênior	8.350,00	19.949,85	118,75	9	1.068,74
Analista de Requisito - Pleno	1 - Analista de Requisitos Pleno	3.501,20	9.019,96	53,69	9	483,21
Analista de Desenvolvimento - Pleno	2 - Analista de Sistemas de Internet Pleno	8.988,00	21.387,99	127,31	12	1.527,71
Analista de Banco de Dados - Sênior	4 - Analista de Dados Sênior	6.570,00	15.937,47	94,87	12	1.138,39
Analista de Configuração e Mudança	2 - Analista de Infraestrutura Pleno	5.000,00	12.398,47	73,80	9	664,20
Analista de Teste	4 - Analista de Testes Pleno	3.360,00	8.701,67	51,80	9	466,16
Redator Técnico	<i>Estimativa Conservadora</i>	5.000,00	12.398,47	73,80	3	221,40
Web Designer	3 - Web Designer	5.826,00	14.260,39	84,88	3	254,65
Analista de Suporte - Pleno	2 - Analista de Suporte Técnico Pleno	4.505,00	11.282,67	67,16	45	3.022,14
			Custo Total			9.635,27
			Valor por Módulo			3.211,76
			<i>Margem de Erro de 40%</i>			<i>1.284,70</i>
			Valor por Módulo Com Margem			4.496,46

Fonte: Planilhas de remuneração da área de TI (e-DOC BFD7DA12-e) e planilha de custos e formação de preços (e-DOC 073AD234-e)



68. Ainda no tema, de forma conservadora, acrescentou-se, ao valor apurado, margem de erro de 40%, resultando no valor por módulo de R\$ 4.496,46.

69. Tendo em vista o exposto, verifica-se que os valores informados pela contratada não guardam relação com os observados no mercado. Ademais, os cálculos realizados, com a utilização de valores de mercado e a adição de margem de erro de 40%, revelam que o menor valor observado nos contratos da empresa Link Data (§ 57), ou seja, de R\$ 5.147,20 por módulo, é suficiente para remunerar, adequadamente, os recursos empregados no contrato com a Terracap.

70. Estima-se, caso adotado o valor de R\$ 5.147,20 mensal por módulo, observado no contrato da Fundação Palmares, uma economia anual aos cofres públicos de **R\$ 167.500,80**.

71. Com o objetivo de reforçar a aplicabilidade do valor proposto no § 69 e, em observância ao princípio da prudência, optou-se por efetuar análise adicional utilizando informações oficiais fornecidas, pela contratada, ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, referente ao exercício de 2013.

72. O Decreto nº 76.900 de 23.12.1975, normativo que instituiu a RAIS, estabelece⁵ que a declaração é obrigatória para as empresas. Nesse sentido, anualmente, as mesmas devem prestar as informações solicitadas pelo MTE.

73. Entre as informações que fazem parte do referido documento, temos: relação de empregados da empresa; salário contratual de cada empregado e remunerações recebidas em cada mês do exercício de referência.

74. O acesso à RAIS da contratada revelou que a mesma possuía, no início do exercício de 2013, 180 empregados. Ao final do exercício em questão, este número foi reduzido para 113 empregados.

75. Mediante análise da RAIS, observou-se, nos quadros da empresa, a presença de diversos cargos não relacionados a atividades de TI, razão pela qual os mesmos foram excluídos da análise realizada por este Núcleo.

⁵ Art. 7º A RAIS será obrigatória, para as empresas, a partir do exercício de 1977, e sempre relativa ao ano-base anterior.



76. Cita-se ainda que, entre os cargos excluídos e que ainda possuíam funcionários ativos ao final do exercício de 2013, apenas 3 possuem salários contratuais superiores ao observado para o cargo de maior remuneração relacionado à área de TI: Gerente Comercial (R\$ 13.845,00), Gerente Financeiro (R\$ 12.079,23) e Gerente Administrativo (R\$ 11.572,29).

77. Por serem cargos administrativos, estão vinculados às despesas administrativas da empresa, estas já considerada em item específico das planilhas de custos e formação de preços adotadas por este Núcleo.

78. A tabela a seguir reproduz, para cada cargo restante, dados salariais extraídos da RAIS 2013.

Cargo	Dados dos Funcionários Ativos ao Final do Exercício de 2013						
	Qt.	Salário Contratual (R\$)			Salário Efetivo (R\$)		
		Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média
Analista de Desenvolvimento de Sistemas	25	1.256,43	8.588,16	4.067,07	1.256,43	10.117,50	4.388,02
Analista de Negócios	1	3.045,53	3.045,53	3.045,53	3.045,53	3.045,53	3.045,53
Analista de Redes e de Comunicação de Dados	3	1.838,40	8.171,50	5.599,76	1.838,40	8.171,50	5.735,55
Analista de Suporte Computacional	13	1.970,30	7.196,50	4.469,10	1.970,30	7.196,50	4.729,40
Gerente de Produção de TI	1	8.588,67	8.588,67	8.588,67	9.031,84	9.031,84	9.031,84
Gerente de Projetos de TI	1	9.144,09	9.144,09	9.144,09	11.267,77	11.267,77	11.267,77
Operador de Computador	13	1.101,79	3.414,20	2.096,07	1.184,42	4.137,09	2.248,75
Técnico de Apoio ao Usuário de Informática	4	1.361,00	2.092,97	1.809,57	1.361,00	2.239,57	1.848,64
Técnico de Rede (Telecomunicações)	4	1.476,73	3.658,23	2.551,47	1.476,73	3.658,23	2.551,47

Fonte: Consulta realizada, em 25.02.2015, por meio de acesso ao sistema Serpro, ao CNPJ 24.936.973/0001-03

79. Cumpre citar que os campos referentes ao salário efetivo, presentes na tabela acima, foram incluídos em função deste Núcleo ter constatado que alguns funcionários da empresa receberam, ao longo do exercício, de forma reiterada, salário superior ao contratual.

80. Prosseguindo, tendo em vista que os cargos informados pela empresa, expostos no § 61, não guardam completa semelhança aos informados na RAIS, optou-se por utilizar, para cada recurso informado pela empresa, o respectivo cargo, presente na RAIS, que guarda maior semelhança com as atribuições do primeiro.

81. Nesse sentido, alocando o maior salário contratual dos cargos presentes na tabela do § 78 aos recursos informados pela empresa no § 61 foi possível calcular, de forma conservadora, o custo total dos recursos alocados à Terracap:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NFTI

Proc.: 30.649/2014-e

Categoria Profissional	Maior Salário Contratual		Custo Mensal para a Empresa (R\$)	Valor/Hora para a Empresa (R\$)	Horas Mensais Alocadas à Terracap	Custo Total (R\$)
	Cargo Considerado	Valor do Salário (R\$)				
Arquiteto de Software	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.588,16	20.486,70	121,94	6	731,64
Analista de Negócios	Analista de Negócios	3.045,53	7.992,81	47,58	9	428,22
Analista de Requisito - Pleno	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.588,16	20.486,70	121,94	9	1.097,46
Analista de Desenvolvimento - Pleno	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.588,16	20.486,70	121,94	12	1.463,28
Analista de Banco de Dados - Sênior	Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	12	1.239,24
Analista de Configuração e Mudança	Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	9	929,43
Analista de Teste	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.588,16	20.486,70	121,94	9	1.097,46
Redator Técnico	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.588,16	20.486,70	121,94	3	365,82
Web Designer	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.588,16	20.486,70	121,94	3	365,82
Analista de Suporte - Pleno	Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	45	4.647,15
Custo Total						12.365,52
Valor por Módulo						4.121,84

Fonte: Consulta realizada, em 25.02.2015, por meio de acesso ao sistema Serpro, ao CNPJ 24.936.973/0001-03 e planilha de custos e formação de preços (e-DOC 073AD234-e)

82. De forma adicional, pode-se realizar análise semelhante utilizando o maior salário efetivo recebido pelos ocupantes dos cargos em questão no exercício de 2013, resultando na seguinte tabela:

Categoria Profissional	Maior Salário Efetivo		Custo Mensal para a Empresa (R\$)	Valor/Hora para a Empresa (R\$)	Horas Mensais Alocadas à Terracap	Custo Total (R\$)
	Cargo Considerado	Valor do Salário (R\$)				
Arquiteto de Software	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	10.117,50	23.934,05	142,46	6	854,76
Analista de Negócios	Analista de Negócios	3.045,53	7.992,81	47,58	9	428,22
Analista de Requisito - Pleno	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	10.117,50	23.934,05	142,46	9	1.282,14
Analista de Desenvolvimento - Pleno	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	10.117,50	23.934,05	142,46	12	1.709,52
Analista de Banco de Dados - Sênior	Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	12	1.239,24
Analista de Configuração e Mudança	Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	9	929,43
Analista de Teste	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	10.117,50	23.934,05	142,46	9	1.282,14
Redator Técnico	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	10.117,50	23.934,05	142,46	3	427,38
Web Designer	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	10.117,50	23.934,05	142,46	3	427,38
Analista de Suporte - Pleno	Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	45	4.647,15
Custo Total						13.227,36
Valor por Módulo						4.409,12

Fonte: Consulta realizada, em 25.02.2015, por meio de acesso ao sistema Serpro, ao CNPJ 24.936.973/0001-03 e planilha de custos e formação de preços (e-DOC 073AD234-e)

83. Alocando-se os maiores salários contratuais dos cargos selecionados, presentes na RAIS, à cada recurso empregado no Contrato Terracap nº 29/2014, obtém-se, como resultado, o valor mensal, por módulo, de **R\$ 4.121,84**. Já com a utilização dos maiores salários efetivos, obtém-se o valor mensal, por módulo, de **R\$ 4.409,12**.

84. Conclui-se que o valor de R\$ 5.147,20 por módulo, sugerido no § 69, é suficiente para remunerar, de forma adequada, os serviços de suporte técnico a serem prestados.

85. Ainda no ponto, cumpre citar que, frente às análises realizadas, caso a empresa opte por não reduzir os valores praticados, estará incorrendo em prática de



preços manifestadamente superiores aos seus custos, ensejando prejuízo à Administração Pública, aspecto passível de apuração mediante instauração de Tomada de Contas Especial – TCE e responsabilização solidária da empresa pelo prejuízo calculado, nos termos do art. 13, inc. II da Lei Complementar nº 01/1994 c/c art. 17, § 2º, alínea “b” e do art. 25, § 2º da Lei nº 8.666/1993.

86. Vencidas as considerações sobre os preços praticados para os serviços de suporte técnico, prossegue-se com a análise dos preços ofertados para os serviços de manutenção evolutiva e integração.

87. Neste ponto, serão tecidas considerações sobre a adoção, de forma complementar, da métrica HST, visto que a mesma é objeto de questionamento por parte do *Parquet*.

88. Cumpre reforçar que, conforme demonstrado nos §§ 48/54, restou evidenciado que o contrato prevê instrumentos de gestão com vistas a garantir o fornecimento de serviços adequados à Terracap. Nesse sentido, considera-se superada a questão relativa a pagamentos dissociados de resultados.

89. No tocante à utilização da métrica HST, verifica-se que as jurisprudências deste Tribunal e do TCU apontam na direção de inclusão, no Termo de Referência/Projeto Básico, em complemento ao pagamento por pontos de função, de tabela de itens não mensuráveis, com o fito de prever, em contrato, a forma de remuneração de atividades que não possam ser mensuradas pela métrica de pontos de função, razão pela qual a métrica HST não se revela a mais adequada.

90. Com efeito, nesse sentido apontam as Decisões TCDF nº 4287/2010 e 4983/2010, reproduzidas a seguir:

Decisão TCDF nº 4287/2010

“(...) II. determine à SEDF e a Central de Licitações da SEPLAG que promovam os seguintes ajustes no Termo de Referência em exame: (...)

c) confeccione demonstrativo chamado pelo mercado de ‘Tabela de Itens de Demandas não Mensuráveis por Pontos de Função’, para serviços que não puderem ser medidos por ponto de função, nos termos da alínea ‘a’ do item II da Decisão Liminar 204/2008, referendada pelo Plenário (Decisão 8176/2008);

d) Defina o fator redutor nos serviços de manutenção de sistemas que deverá ser aplicado de acordo com o tipo de manutenção: inclusão de funcionalidades (FR = 1), alteração de funcionalidades (FR = 0,5) e exclusão de funcionalidades (FR = 0,25), tomando como base o Pregão Eletrônico nº 124/2009 do Tribunal Superior do Trabalho; (...)”

Decisão TCDF nº 4983/2010



“(...) II. determine à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal que: (...)

iii. quanto aos serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas (lote 2):

1.a remuneração baseada apenas em métricas associadas ao resultado do serviço contratado, no caso o ponto de função;

2.a confecção de demonstrativo chamado pelo mercado de ‘Tabela de Itens de Demandas não Mensuráveis por Pontos de Função’, para serviços que não puderem ser medidos por ponto de função, nos termos da alínea ‘a’ do item II da Decisão Liminar 204/2008, referendada pelo Plenário (Decisão 8176/2008);

3.o estabelecimento de fator redutor nos serviços de manutenção de sistemas que deverá ser aplicado de acordo com o tipo de manutenção: inclusão, alteração ou exclusão de funcionalidades;(...)” (grifos nossos)

91. De forma semelhante, o Acórdão TCU nº 1647/2010 – Plenário, mencionado pela jurisdicionada e pela contratada, apresenta, em seu teor, a seguinte recomendação:

“(...)9.2. recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.2.1. ao contratar desenvolvimento de software utilizando a métrica de Análise de Pontos de Função, evite adotar, como único guia de referência para contagens, o Manual de Práticas de Contagem do Ifpug, adicionando ao contrato cláusulas complementares que elucidem pontos em aberto, abordando, por exemplo, tópicos como:

9.2.1.1. diferenciação, em sua fórmula de cálculo, dos custos dos pontos de função para desenvolvimento de novas funcionalidades daqueles relativos a supressões ou alterações de funcionalidades existentes;

9.2.1.2. diferenciação, em sua fórmula de cálculo, dos custos de pontos de função para o desenvolvimento completo de uma funcionalidade (todas as fases do ciclo de desenvolvimento) daqueles necessários à execução de apenas uma fase do ciclo;

9.2.1.3. adoção de uma tabela de itens não mensuráveis;(...)” (grifos nossos)

92. Oportuno mencionar que a jurisdicionada informa, em sua manifestação, não ter executado, até o momento, nenhuma atividade com remuneração baseada na referida métrica HST.

93. Do exposto, na visão deste NFTI, é necessário determinar à Terracap que promova a alteração do contrato em análise, por meio de elaboração de tabela de itens não mensuráveis estabelecendo, para cada item da tabela, a base de cálculo a ser utilizada e o fator de equivalência, em ponto de função, utilizado para fins de pagamento, e, até a promoção e formalização de termo aditivo com as referidas alterações, limite-se a executar, com base na métrica HST, apenas os itens julgados estritamente necessários, com fulcro no art. 113 da Lei nº 8.666/1993.

94. No tocante ao valor por HST praticado no Contrato Terracap nº 29/2014, a tabela exposta no § 45 revela que o contrato estabelece o valor unitário



de R\$ 185,00. No entanto, considerando a análise realizada com base na RAIS da empresa, exposta no § 81, a qual já considera os custos e a margem de lucro da contratada, verifica-se que o valor de R\$ 121,94 (cento e vinte e um reais e noventa e quatro centavos), referente ao valor/hora do maior salário contratual observado para o cargo de Analista de Desenvolvimento de Sistemas da empresa, é suficiente para remunerar, adequadamente, a contratada.

95. Nesse sentido, este Núcleo entende que, caso seja executado algum serviço essencial mensurado pela referida métrica HST, até a implementação dos ajustes previstos no § 93, deve ser utilizado, para fins de pagamento, o valor de R\$ 121,94 por HST.

96. Prosseguindo, referente ao preço por ponto de função praticado pela Link Data, R\$ 880,00 (vide § 45), pesquisa realizada por este Núcleo identificou os seguintes contratos, firmados por órgãos da Administração Pública, envolvendo a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas com tecnologias⁶ semelhantes às utilizadas no sistema ASI:

UASG - Identificação	Pregão Eletrônico	Ponto de Função (R\$)	Data da Ata
194035 - Fundação Nacional do Índio	04/2013	637,50	11/06/2013
200200 - Procuradoria Geral do Trabalho DF	01/2015	696,91	13/02/2015
153173 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	53/2014	511,00	06/02/2015
926284 - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	01/2014	639,89	02/12/2014
114601 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	48/2014	508,55	13/11/2014
160089 - Comando do Exército - Secretaria de Economia e Finanças	01/2014	400,35	02/09/2014
986001 - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	316/2014	581,45	27/08/2014
243001 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	01/2014	427,00	24/06/2014
090027 - Tribunal Regional Federal - 1ª Região	50/2014	450,00	13/05/2014
253002 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	26/2014	562,21	26/12/2014
925942 - Tribunal de Justiça do Estado do Pará	87/2014	622,22	03/11/2014
154003 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	18/2014	733,33	21/08/2014
682010 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários	07/2014	528,85	10/04/2014
113201 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	72014/2014	429,00	25/04/2014
	Valor Médio	552,02	

Fonte: Pesquisa ao sítio ComprasNet em 04.03.2015

⁶ Arquitetura de 3 camadas, plataforma J2EE e tecnologia Java.



97. Adicionalmente, pesquisa a processos recentes analisados por este Núcleo forneceu os seguintes valores de ponto de função:

UASG - Identificação	Pregão Eletrônico	Ponto de Função (R\$)	Data da Ata	Processo TCDF
926142 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal	37/2014	450,00	12/12/2014	20.767/2014
925008 - Banco de Brasília S.A	95/2013	430,37	17/01/2014	38.424/2013
974002 - Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal	03/2013	548,00	22/03/2013	4.819/2013
	Valor Médio	476,12		

Fonte: Pesquisa ao sítio ComprasNet e respectivos processos TCDF em 04.03.2015

98. Por fim, contratação⁷ recente de Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP), realizada pela Companhia Energética de Brasília S.A – CEB, com a utilização de tecnologias e conhecimentos altamente especializados e de complexidade superior à observada em sistemas de gerenciamento de patrimônio, mobiliário e compras, obteve o valor de R\$ 517,37 por ponto de função.

99. Tendo em vista o exposto, verifica-se que o valor por ponto de função praticado no contrato em análise, R\$ 880,00, é superior ao observado em todos os contratos analisados por este Núcleo e em todas as licitações elencadas no § 96.

100. Nesse sentido, cabe a redução do valor praticado aos valores de mercado, devendo a Terracap utilizar, para fins de balizamento, os valores expostos nos §§ 96/98, notadamente o valor médio de R\$ 552,02 por ponto de função. Novamente, caso a empresa se recuse a reduzi-lo, estará sujeita aos procedimentos mencionados no § 85 desta Nota Técnica.

101. Por fim, no tocante aos serviços de treinamento, observa-se que a Link Data ofertou o valor de R\$ 18.000,00 por turma de até 20 alunos com carga horária total de 20 horas de treinamento (vide § 45), resultando em um valor por hora de treinamento de R\$ 900,00.

102. Em consulta à proposta comercial oferecida pela empresa (peça 8, e-DOC 87406231-e, fls. 223/225), observou-se as seguintes informações:

“4.3 Serviço de Treinamento

*Trata-se de um serviço local, em Brasília, prestado para a CONTRATANTE, que **consiste em disponibilizar 20 horas de um analista de suporte, nas instalações do cliente**, com conhecimento pleno no negócio e na operacionalização do sistema ASl. (...)*

4.3.1 Recursos para o Treinamento

⁷ Processo TCDF nº 35.190/2013 – Pregão Eletrônico CEB 01-S002016/2013



O treinamento será realizado em laboratório de informática a ser fornecido pela CONTRATANTE, com condições adequadas para os participantes e configurado para o uso dos sistemas.

Configuração do laboratório que será disponibilizado pela CONTRATANTE.

- Estações de trabalho suficiente para os participantes do treinamento;
- 01 (uma) estação de trabalho para o instrutor do treinamento;
- 01 (um) equipamento de projeção e tela.

Os Materiais para treinamento serão fornecidos pela LINK DATA:

- **Lista de Presença;**
- **Material Didático;**
- **Certificados de Participação.” (grifos nossos)**

103. Utilizando os dados expostos no § 81, verifica-se que o maior salário contratual pago pela Link Data para o cargo de Analista de Suporte Computacional é R\$ 7.196,50, resultando em um custo, por hora, para a empresa, de R\$ 103,27.

104. Considerando, ainda, que o material didático é fornecido pela Link Data, conforme exposto no § 102, e estimando, de forma conservadora, os custos de reprodução do mesmo em R\$ 50,00 por aluno, obtém-se, para uma turma máxima de 20 alunos, o valor de R\$ 1.000,00 para os custos totais de reprodução do material didático.

105. Por fim, somando os custos de alocação de 01 (um) Analista de Suporte Computacional (vide § 103), remunerado com base no maior salário contratual pago pela empresa para o cargo, e os custos de reprodução do material didático, obtém-se a seguinte tabela:

Recurso Alocado	Maior Salário Contratual (R\$)	Custo Mensal para a Empresa (R\$)	Valor/Hora para a Empresa (R\$)	Qt. Recursos	Carga Horária do Treinamento	Valor Total (R\$)
Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	1	20	2.065,40
Reprodução do Material Didático para 20 alunos (R\$ 50,00 por aluno)						1.000,00
Valor Total por Treinamento						3.065,40

Fonte: Planilha de custos e formação de preços (e-DOC 073AD234-e) e dados expostos nos §§ 45, 81, 101 e 104

106. Tendo em vista o exposto, constata-se a existência de sobrepreço no valor praticado para os serviços de treinamento. Dessa forma, recomenda-se a redução do valor pago por treinamento, de R\$ 18.000,00, para o valor de R\$ 3.065,40, resultando em uma economia anual de R\$ 44.803,80.



107. Vencidos os tópicos, conclui-se que a representação do MPTCDF, no mérito, procede no tocante à existência de inadequações no Contrato Terracap nº 29/2014, notadamente, a deficiência da pesquisa de preços realizada, a incompatibilidade dos valores praticados no contrato e a inadequação da métrica HST.

108. Caso sejam adotados os valores propostos por este Núcleo, estima-se uma economia anual aos cofres públicos, de R\$ 259.731,16, conforme exposto na tabela a seguir:

Item do Contrato	Unidade	Qt.	Valores Atuais do Contrato (R\$)		Valores Propostos (R\$)		Economia Anual (R\$)	Percentual de Redução
			Valor Unitário	Total Anual	Valor Unitário	Total Anual		
Serviço de Suporte e Manutenção Corretiva / Legal - Pagamento Mensal	Módulo	3	9.800,00	352.800,00	5.147,20	185.299,20	167.500,80	47,48%
Manutenção Adaptativa/Integração	Ponto de Função	80	880,00	70.400,00	552,02	44.161,60	26.238,40	37,27%
	Hora de Serviço Técnico Especializado - HST ¹	336	185,00	62.160,00	121,94	40.971,84	21.188,16	34,09%
Treinamento negocial ou operacional - Turma com até 20 alunos - Carga horária de 20 horas	Turma	3	18.000,00	54.000,00	3.065,40	9.196,20	44.803,80	82,97%
Valor Total			539.360,00	Valor Total	279.628,84	259.731,16	48,16%	

Fonte: Dados dos §§ 45, 69, 83/84, 94, 100 e 105

¹ Conforme exposto nos §§ 90/97 recomenda-se a substituição da métrica HST por tabela de itens não mensuráveis, valor exposto apenas para fins de precificação da redução dos valores.

OCORRÊNCIA DE PAGAMENTO DESVINCULADO DE RESULTADOS E SOBREPREGO EM OUTROS CONTRATOS FIRMADOS PELA CONTRATADA COM ÓRGÃOS E ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL PARA A MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DO SISTEMA ASI

Da Representação

109. O *Parquet*, em síntese, solicita que sejam analisados os demais contratos da empresa Link Data com órgãos e entidades do Distrito Federal com o fito de apurar a ocorrência de pagamentos desvinculados de resultados e a existência de sobrepreço.

Da Jurisdicionada

110. Tendo em vista tratar-se de solicitação não relativa à Terracap, não consta manifestação da jurisdicionada sobre a mesma.



Da Análise de Mérito

111. Dada a identificação de irregularidades no Contrato Terracap nº 29/2014, solicitou-se ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, por meio dos Ofícios SEACOMP-DS nº 023/2015 (e-DOC F21F7F7C-c) e 024/2015 (e-DOC 4052F966-c), o encaminhamento dos processos de contratação referentes à empresa Link Data.

112. A Emater informou, por meio do Ofício nº 075/2015 – PRESI (e-DOC 43827498-c), de 02.03.2015, que, desde o exercício de 2013, não mantém contrato com a empresa. No entanto, em resposta à solicitação desta Corte de Contas, encaminhou, por meio do Ofício nº 022/2015 – GABIN, o Processo nº 072.000.510/2008 (peça 33, e-DOC 8AD1DFA5) referente ao contrato já encerrado.

113. Já o Detran, que ainda mantém contrato vigente com a empresa, encaminhou, por intermédio do Ofício nº 373/GAB, o Processo nº 055.020640/2012 (peça 32, e-DOC BA7AF8AF).

CONTRATO EMATER nº 025/2009

114. A contratação realizada pela Emater contemplou a prestação de serviços de suporte técnico e manutenção continuada do *software* ASI Web para o módulo de patrimônio mobiliário (peça 33, e-DOC 8AD1DFA5, fl. 298).

115. A proposta oferecida pela Link Data (peça 33, e-DOC 8AD1DFA5, fls. 301/305) contemplava a realização dos referidos serviços e o fornecimento de atualizações de versões do *software*.

116. Os valores ofertados pela contratada, em 16.06.2009, para a realização dos serviços citados no § anterior estão reproduzidos a seguir:

Serviço de Suporte e Manutenção Corretiva / Legal - Pagamento Mensal						
Tipo de Atendimento	Unidade	Valor Unitário por Módulo (R\$)	Qt. Módulos	Qt. Meses	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Serviços de suporte técnico (<i>help desk</i>) e manutenção continuada do <i>software</i> ASI WEB - módulo de patrimônio mobiliário com garantia de atualização de versão.	Serviço	2.400,00	1	12	2.400,00	28.800,00
Valor Anual Total do Contrato (R\$)						28.800,00

Fonte: Peça 33 (e-DOC 8AD1DFA5), fl. 301/305



117. Em 16.11.2009, foi assinado o Contrato Emater nº 025/2009 (peça 33, e-DOC 8AD1DFA5, fls. 402/409), com vigência de 12 meses a contar da data de assinatura, pelo valor total anual de R\$ 28.800,00.

118. O contrato em tela foi renovado por 4 (quatro) vezes sem alteração do valor de R\$ 2.400,00 por módulo inicialmente acordado entre as partes, conforme demonstra a tabela a seguir:

Descrição	Data de Assinatura	Vigência	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Contrato Emater nº 025/2009	16.11.2009	12 meses	2.400,00	28.800,00
Termo Aditivo 020/2010-GCONV (1º TA)	16.11.2010	12 meses	2.400,00	28.800,00
Termo Aditivo 016/2011-GCONV (2º TA)	15.11.2011	12 meses	2.400,00	28.800,00
Termo Aditivo 021/2012-GCONV (3º TA)	14.11.2012	12 meses	2.400,00	28.800,00
Termo Aditivo 003/2013-GCONV (4º TA)	25.03.2013	Correção de erros do TA 021/2012-GCONV		
Termo Aditivo 024/2013-GCONV (5º TA)	14.11.2013	6 meses	2.400,00	14.400,00

Fonte: Peça 33 (e-DOC 8AD1DFA5), fls. 402/409, 552/554, 858/861, 164/168, 198/201 e 245/247

119. Por fim, documento assinado pelo executor do contrato (peça 33, e-DOC 8AD1DFA5, fl. 250), informou, por ocasião da iminência de encerramento do 5º Termo Aditivo ao contrato, o que segue:

*"Venho comunicar que o contrato nº 025/2009 firmado com a LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS Ltda., na Prestação de Serviço de Manutenção e Suporte Técnico Especializado Para Sistema Automatizado de Gestão Patrimoniais, aditivado pelo quinto termo aditivo em 14 de novembro de 2013, terá seu vencimento em 14 de maio de 2014, e **conforme já manifestado pela Empresa LINK DATA, não poderá mais aditar o referido contrato nos mesmos valores mantidos até vencimento do último termo em vigência.***

*Diante do exposto **alertamos que se busque viabilizar nova contratação, no sentido de dar continuidade na prestação de contas e do controle patrimonial da EMATER-DF.***"
(grifos nossos)

120. Tendo em vista o exposto, notadamente, os valores compatíveis praticados no âmbito do referido contrato e o término de sua vigência, conclui-se que resta recomendar à Emater que, caso efetue nova contratação com a empresa Link Data, observe, com o fito de evitar a ocorrência de falhas semelhantes às evidenciadas no Contrato Terracap nº 29/2014, os ajustes e recomendações exarados nesta Nota Técnica.

CONTRATO DETRAN nº 028/2013

121. O processo referente ao Contrato Detran nº 028/2013 foi instruído, entre outros documentos, com os seguintes: Análise de Viabilidade da Contratação (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 12/48), Plano de Sustentação (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 49/55), Estratégia de Contratação (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls.



56/60), Análise de Riscos (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 61/64), Certidão de Exclusividade da empresa Link Data (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fl. 184), Termo de Referência (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 99/114), proposta comercial da empresa Link Data (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 170/182), parecer da Procuradoria Jurídica do Detran (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 162/164), aprovação da contratação pelo Diretor-Geral do Detran (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 187/188) e Contrato Detran nº 028/2013 assinado entre as partes (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 192/203).

122. Consta nos autos que o Detran já possuía as licenças de uso do sistema ASI anteriormente à formalização do contrato em análise. Nesse sentido, optou, após análise das alternativas disponíveis, por efetuar contratação direta por inexigibilidade da empresa Link Data para a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção evolutiva e treinamento para o referido sistema.

123. No tocante à análise das alternativas disponíveis, o documento de Análise de Viabilidade de Contratação (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 12/48) evidencia, em seu item 3, que o Detran avaliou a possibilidade de aquisição de outros sistemas em substituição ao ASI. Para os sistemas julgados adequados, restou evidenciado, no item 3.3 do supracitado documento, o elevado custo de licenciamento dos mesmos, conforme tabela reproduzida a seguir:

Empresa	Licenças e Implantação	Serviços (Anual)	Total
Walar IT Business	R\$ 437.000,00	R\$ 1.452.800,00	R\$ 1.889.800,00
Linkdata	R\$ 2.311.200,00	R\$ 543.200,00	R\$ 2.854.400,00
NTSEC	R\$ 2.611.091,00	R\$ 612.000,00	R\$ 3.223.091,00

Fonte: Peça 32 (e-DOC BA71F8AF), fl. 42

124. Tendo em vista o exposto no § anterior, o Detran optou por manter o sistema ASI e contratar, por inexigibilidade, a proprietária Link Data para a prestação de serviços de suporte técnico, atualização de versão, treinamento e desenvolvimento de demandas para o referido sistema, dada a exclusividade da mesma na execução dos serviços.



125. Os valores ofertados pela Link Data estão reproduzidos a seguir:

Tabela de Preços – Atendimento do DETRAN				
Tipo de Atendimento	Valor Unitário por Módulo	Valor Mensal todos os módulos	Qtd. Meses	Valor Anual Total
Valor Fixo/por módulo (Franquia): Serviços de suporte técnico (help desk), com garantia de funcionamento e atualização de versão para os módulos de Almoxarifado e Patrimônio Mobiliário. Atendimento para o DETRAN.	R\$ 11.052,10	R\$ 22.104,20 (Valor Unit x 2)	12 meses	R\$ 265.250,40
Tipo de Atendimento sob Demanda	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
Treinamento para turma com até 20 (vinte) alunos, totalizando 16 horas	Turma	R\$ 24.000,00	01	R\$ 24.000,00
Desenvolvimento (Demandas Adaptativas e Evolutivas)	Ponto de Função	R\$ 980,00	40	R\$ 39.200,00
Valor Total Estimado:				R\$ 328.450,40

Fonte: Peça 32 (e-DOC BA71F8AF), fl. 182

126. Verifica-se que o valor total de R\$ 328.450,40 ofertado é inferior aos expostos no § 123 para a aquisição de novos sistemas visando a substituição do sistema ASI.

127. No entanto, constata-se que os valores praticados pela contratada revelam-se superiores aos seus custos e margem de lucro, tendo em vista que os valores praticados no contrato do Detran superam os observados no Contrato Terracap nº 29/2014, estes já elevados.

128. Nesse sentido, considerando a análise já realizada nesta Nota Técnica, conclui-se que os valores pagos mensalmente pelos serviços de suporte técnico aos módulos de almoxarifado e patrimônio mobiliário devem ser reduzidos ao valor mensal de R\$ 5.147,20 por módulo, totalizando R\$ 123.532,80 anuais.

129. Já o valor do ponto de função previsto no contrato, atualmente de R\$ 980,00, deve ser reduzido para R\$ 552,02, conforme sugerido nos §§ 96/100 para o contrato realizado pela Terracap.



130. Por fim, no tocante aos serviços de treinamento, adotando-se metodologia análoga à utilizada nos §§ 101/106, o valor, por treinamento, deve ser reduzido para R\$ 2.652,32, conforme demonstra a tabela a seguir:

Recurso Alocado	Maior Salário Contratual (R\$)	Custo Mensal para a Empresa (R\$)	Valor/Hora para a Empresa (R\$)	Qt. Recursos	Carga Horária do Treinamento	Valor Total (R\$)
Analista de Suporte Computacional	7.196,50	17.349,69	103,27	1	16	1.652,32
Reprodução do Material Didático para 20 alunos (R\$ 50,00 por aluno)						1.000,00
Valor Total por Treinamento						2.652,32

Fonte: Planilha de custos e formação de preços (e-DOC 073AD234-e) e dados expostos nos §§ 45, 101 e 124.

131. Caso adotados os valores propostos por este Núcleo, estima-se uma economia anual aos cofres públicos, referente ao Contrato Detran nº 28/2013, de R\$ 180.184,48, conforme exposto na tabela a seguir:

Item do Contrato	Unidade	Qt.	Valores Atuais do Contrato (R\$)		Valores Propostos (R\$)		Economia Anual (R\$)	Percentual de Redução
			Valor Unitário	Total Anual	Valor Unitário	Total Anual		
Serviço de Suporte e Manutenção Corretiva / Legal - Pagamento Mensal	Módulo	2	11.052,10	265.250,40	5.147,20	123.532,80	141.717,60	53,43%
Desenvolvimento (Demandas Adaptativas e Evolutivas)	Ponto de Função	40	980,00	39.200,00	552,02	22.080,80	17.119,20	43,67%
Treinamento para turma com até 20 alunos, totalizando 16 horas	Turma	1	24.000,00	24.000,00	2.652,32	2.652,32	21.347,68	88,95%
Valor Total				328.450,40	Valor Total	148.265,92	180.184,48	54,86%

Fonte: Dados dos §§ 45, 69, 83/84 e 128/130

132. Cita-se, ainda, que embora os valores dos serviços de desenvolvimento e treinamento, executados sob demanda, revelem-se elevados, documento acostado aos autos (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fl. 237) informa que até o momento, o Detran não solicitou a execução dos referidos serviços. Sendo assim, a jurisdição limitou-se à execução dos serviços de suporte técnico do sistema ASI, com a realização de pagamentos mensais à contratada.

133. Por fim, consta nos autos o Aditamento nº 61/2014 (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 248/250), de 04.09.2014, assinado entre as partes, que prorrogou por 12 (doze) meses, a contar de 05.09.2014, a vigência do Contrato Detran nº 28/2013, sem a alteração dos seus valores.



134. No entanto, a contratada Link Data já manifestou (peça 32, e-DOC BA71F8AF, fls. 231/232) o seu interesse em reajustar os valores praticados, os quais, conforme demonstrado, já estão em níveis elevados.

CONCLUSÃO

135. Observando a análise realizada, conclui-se que a representação elaborada pelo Ministério Público de Contas, no mérito, procede em relação às alegações de utilização de métrica inadequada (HST) e de indícios de sobrepreço no Contrato Terracap nº 29/2014.

136. No que tange à utilização de métrica HST, verifica-se, conforme exposto nos §§ 89/93, que a mesma deve ser excluída do Contrato Terracap nº 29/2014 e, em seu lugar, deve ser elaborada tabela de itens não mensuráveis, em conformidade com as Decisões TCDF nº 4287/2010 e 4983/2010.

137. Já no tocante aos valores praticados no Contrato Terracap nº 29/2014, sugere-se:

- Redução do valor pago pelos serviços de suporte técnico, nos termos dos §§ 67/85, para R\$ 5.147,20 por módulo mensais, totalizando R\$ 15.441,60 mensais;
- Caso sejam executados serviços por meio da métrica HST, até a promoção dos ajustes sugeridos no §§ 89/93, utilizar o valor de R\$ 121,94 por HST, nos termos dos §§ 94/95;
- Redução do valor pago por ponto de função tendo como fundamento os valores expostos nos §§ 96/98, notadamente o valor médio de R\$ 552,02, nos termos dos §§ 99/100;
- Redução do valor pago por treinamento para R\$ 3.065,40, nos termos dos §§ 101/106.

138. Referente à ocorrência de pagamento dissociado de resultados, em função da previsão de pagamentos fixos mensais pelos serviços de suporte técnico, a análise realizada por este Núcleo demonstrou que trata-se de prática adotada no mercado mundial e, tendo em vista o estabelecimento, por parte da Terracap, de



níveis de serviço e de penalidades a serem aplicadas à contratada em caso de descumprimento dos parâmetros acordados, não procede, neste ponto, a representação.

139. No tocante à existência de irregularidades em demais contratos firmados pela Administração Pública Distrital com a contratada, constatou-se, no tocante à Emater, que esta não possui contrato vigente com a empresa Link Data, restando dar conhecimento à jurisdicionada do teor desta Nota Técnica e da decisão que vier a ser proferida, de forma que, caso, futuramente, firme novo contrato com a empresa, observe os procedimentos e valores expostos neste documento.

140. No tocante ao Contrato Detran nº 28/2013, observou-se que a contratada ofertou valores superiores aos observados no Contrato Terracap nº 29/2014. Nesse sentido, sugere-se:

- Redução do valor pago pelos serviços de suporte técnico, nos termos dos §§ 67/85, para R\$ 5.147,20 por módulo mensais, totalizando R\$ 10.294,40 mensais;
- Redução do valor pago por ponto de função tendo como fundamento os valores expostos nos §§ 96/98, notadamente o valor médio de R\$ 552,02, nos termos do § 129;
- Redução do valor pago por treinamento para R\$ 2.652,32, nos termos do § 130.

141. Por fim, este Núcleo tem verificado, de forma recorrente, a prática, por parte de licitantes vencedoras, de valores superiores aos seus custos e margem de lucro em contratos com a Administração Pública Distrital relacionados à alocação de mão de obra especializada para serviços de treinamento, consultoria, suporte técnico e para os serviços remunerados por meio das métricas hora de serviço técnico especializado – HST e unidade de serviço técnico – UST, tanto em procedimentos licitatórios como em contratações por inexigibilidade ou dispensa de licitação.

142. Entende-se que a aplicação de dispositivos presentes na IN SLTI/MPOG nº 02/2008, de aplicação subsidiária à IN SLTI/MPOG nº 04/2010,



recepcionada pelo Decreto Distrital nº 34.637, de 06.09.2013, nos termos do art. 28 desta última, é aspecto capaz de mitigar a ocorrência dos problemas verificados e aprimorar a instrução dos processos de contratação no âmbito do GDF. A referida IN SLTI/MPOG nº 02/2008 estabelece:

"Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:(...)"

III - o modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Anexo III desta Instrução Normativa, o qual constituirá anexo do ato convocatório e deverá ser preenchido pelos proponentes; (...)"

DAS PROPOSTAS

Art. 21. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando for o caso:

I - os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta, conforme o disposto no instrumento convocatório;

II - os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços estabelecido no instrumento convocatório;

III - a indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO; (...)"

V - a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual; (...)" (grifos nossos)

143. Nesse sentido, é recomendável determinar aos órgãos e entidades do Distrito Federal que, para fins de contratação, na área de Tecnologia da Informação, de serviços de treinamento, consultoria, suporte técnico e de serviços remunerados por meio de métrica baseada em homem-hora, como hora de serviço técnico especializado – HST e unidade de serviço técnico especializado - UST, independente da modalidade de licitação utilizada, inclusive nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, faça constar, no respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, e exija, dos licitantes e da vencedora, a apresentação de planilha de custos e formação de preços, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, que contemple a descrição e o quantitativo de cada perfil de profissional a ser utilizado, a remuneração dos mesmos e demais insumos necessários e custos atribuídos à prestação dos serviços contratados, com o fito de demonstrar a economicidade dos valores praticados e a compatibilidade dos mesmos aos custos e margem de lucro das empresas, em observância aos arts. 19, III e 21, II, III, V da referida IN e ao art. 28 da IN



SLTI/MPOG nº 04/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 34.637, de 06.09.2013.

À consideração superior.
Brasília-DF, 19 de março de 2015.

FABRÍCIO RIBEIRO BRIGAGÃO
Auditor de Controle Externo

De acordo com a instrução procedida nos autos.
À consideração do Sr. Secretário de Acompanhamento.

Brasília, 19 de março de 2015.

Flávio José Fonseca de Souza
Diretor do Núcleo de Fiscalização de
Tecnologia da Informação